



GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

ISSN 2177-3688

MEDIAÇÃO CULTURAL E INFORMACIONAL COMO RESPONSABILIDADE SOCIAL

CULTURE AND INFORMATIONAL MEDIATION AS SOCIAL RESPONSIBILITY

Talita Cristina da Silva - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Maria Amélia Gomes de Souza Reis - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Neste estudo, buscamos explorar e discutir a relação entre a cultura, a informação, os bens culturais e os museus, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Nossa análise é embasada na interseção entre a Museologia, a Ciência da Informação e a Sociologia. O objetivo dessa abordagem é entender como a mediação da informação e da cultura afeta a produção e preservação de informação e de bens culturais, bem como os desafios para o acesso ao conhecimento e a construção de identidade para grupos marginalizados. Para tal empenho analisaremos o papel desempenhado pelos profissionais da informação para tornar possíveis as relações de troca cultural. Discutiremos como as instituições podem atuar na inclusão social por meio da democratização dos conteúdos disponibilizados. Os profissionais de museus e instituição de informação desempenham um papel importante na transformação social a partir da mediação das relações de troca cultural e educacional na propagação de obras de cultura e arte. As materializações da informação, das manifestações culturais e do acesso ao conhecimento e, os modos de educar ou entender a educação permitem a construção do bem comum e da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: museu; cultura; mediação; transformação social; interdisciplinaridade.

Abstract: In this study, we aim to explore and discuss the relationship between culture, information, cultural assets, and museums from an interdisciplinary perspective. Our analysis is based on the intersection of Museology, Information Science, and Sociology. The objective of this approach is to understand how the mediation of information and culture impacts the production and preservation of information and cultural assets, as well as the challenges for accessing knowledge and constructing identity for marginalized groups. To achieve this, we will analyze the role played by information professionals in enabling cultural exchange. We will discuss how institutions can promote social inclusion through the democratization of accessible content. Museum professionals and information institutions play an important role in social transformation through mediating cultural and educational exchanges in the dissemination of cultural works and art. The materialization of information, cultural expressions, access to knowledge, and modes of education contribute to the construction of the common good and human dignity.

Keywords: museum; culture; mediation; social transformation; interdisciplinarity.

1 INTRODUÇÃO

No presente estudo, procurou-se discutir a relação entre cultura, informação, bens culturais e museus a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Nossa análise se baseia na intersecção da Museologia, Ciência da Informação, Educação e Sociologia. O objetivo desta abordagem é compreender como a mediação da informacional e cultural impacta a construção do bem comum; e como os profissionais de museus e instituições de informação, a partir de ações educativas, realizam a mediação aos de bens culturais.

Entendemos que “educação é cultura não necessariamente porque socializa as ciências, as artes e a literatura, mas porque ao se instituir construiu significados e valores formulados no coletivo, nas interações humanas” (ARAÚJO, 2004, p. 8). Desse modo, relacionou-se os aspectos relativos aos fundamentos teóricos da mediação cultural e informacional aos da educação, à responsabilidade social das áreas da Museologia e Ciência da Informação associados ao papel desempenhado pelos museus na mediação cultural.

O objetivo deste estudo foi discutir a relação entre cultura, informação, bens culturais e museus, analisando a contribuição dos profissionais de museus e instituições de informação na construção do bem comum através da mediação de bens culturais e ações educativas. Os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação consistiram em uma pesquisa de nível teórico exploratório analisando o discurso crítico presentes nos trabalhos pesquisados.

Por meio de um levantamento e análise de literatura das áreas de Museologia, Ciência da Informação, Antropologia e Educação recuperamos dos artigos e dos autores citados neste estudo os seguintes termos de busca: “informação”, “cultura”, “mediação”, “educação”, “educação em museus” e “bens culturais” em bases de pesquisas das áreas acima citadas, como por exemplo a Web of Science (WOS), SCOPUS (Elsevier), SciELO.org, Brapci, dicionários técnicos das áreas, bibliotecas entre outros.

A cultura, neste trabalho, é entendida como uma teia de significados que são produzidos, transmitidos e interpretados na vida social através de mecanismos simbólicos (GEERTZ, 2008). Nesse contexto, a educação desempenha um papel fundamental como uma forma de mediação sendo a informação entendida como um registro de um conhecimento para uso posterior, resultante do produto/processo cultural.

Os museus podem ser compreendidos como meio para estabelecer relações entre indivíduos e a informação, além de serem vistos como relevantes para questões

fundamentais da sociedade tomados como consolidação da identidade cultural (CANCLINI, 2005) e na educação dos sujeitos (e do coletivo).

Mediar o bem-produzido é permitir que os indivíduos possam vivenciar a experiência de acesso ao conhecimento por meio da compreensão e da interpretação de informações e bens culturais, desafiando, assim, a mediação presente nos espaços museológicos (PINTO, 2012). O trabalho dos profissionais que atuam em museus e instituições de informação permeiam um ato de transformação social, pois realizam trocas culturais por meio de ação educativa entre os sujeitos e os bens culturais - produtos da vivência em sociedade. Segundo Araújo (2004) as emoções e sentimentos estão intrinsecamente ligados à produção cultural, e a educação, ao utilizar os produtos culturais como objetos de conhecimento, lida e manipula essas emoções de forma orgânica.

De acordo com Damásio (2010) as emoções têm um mecanismo semelhante em cérebros normais, mas as reações emocionais podem ser personalizadas em relação ao estímulo. Influenciados pela cultura e educação, podemos controlar parcialmente nossas expressões emocionais, tornando-as pessoais ou representativas de um grupo social.

A cultura e a educação, portanto, desempenham um papel fundamental na construção da consciência humana; neste contexto as emoções podem ser moduladas e personalizadas, influenciando as expressões emocionais e as ações individuais e coletivas (DAMÁSIO, 2010). A construção do conhecimento está ligada à construção da consciência humana, produzida pelo cérebro, que “é uma estação de tomada de decisões” (DAMÁSIO, 2010, p. 241).

A cultura, entendida como produto da vivência em sociedade, está intrinsecamente ligada às emoções e sentimentos que a produzem, e é por meio da educação, que trabalha com a cultura e seus produtos, que é possível lidar e manipular essas emoções de forma orgânica. Os bens culturais podem ser (e são) transferidos a pessoas de culturas e histórias diferentes, conscientes ou não, por isso tais instituições e seus profissionais criam um espaço social para que um ser humano, cidadão do mundo, possa ter acesso à conhecimentos e quebrar preconceitos.

2 CULTURA E INFORMAÇÃO

Em uma Ciência, a Museologia (e também a Ciência da Informação), que está localizada entre as Ciências Sociais Aplicadas, que tem a ação do “Homem sobre a realidade”

como objeto de estudo, a representação da realidade social como paradigma, cuja presença é visualizada no campo do patrimônio, é essencial estudar a cultura em relação à sociedade, que produz cultura, e às instituições, que promovem a mediação entre os indivíduos e a informação (e os bens culturais musealizados) (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014, p. 61-63).

Para Benedict “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas.” (BENEDICT, 1972 *apud* LARAIA, 2001, p.67). A cultura é transmitida de uma pessoa para outra. A cultura é um conjunto de crenças e valores que foram sendo construídos ao longo da vida em sociedade pelos diferentes grupos de pessoas.

Segundo Laraia (2001), não se pode afirmar quando e como a cultura se originou, se por estabelecimento de regra (ou norma) ou pela produção de símbolos ou se foi por vontade e decisão divina, ou ainda, se foi um longo e contínuo processo de desenvolvimento. Mas, considera que o ciclo de aprendizado e ensino através de símbolos, contempla a criação da cultura. Considera-se, dessa forma, que a transmissão e o armazenamento de conhecimento são pontos relevantes a se considerar quanto à cultura. No processo social, os hábitos, valores, regras, padrões, crenças e conceitos são constantemente produzidos, transmitidos e interpretados.

O conhecimento em si já é considerado cultura, porque nós criamos hábitos de produção do conhecimento. As estruturas do conhecimento são influenciadas pela cultura e, produtos dessas traduções, compõe a cultura. A cultura é o meio no qual as relações humanas se realizam, se estruturam e se formam. Quando formas de comunicação e hábitos de convivência em sociedade são criados, considera-se cultura.

E a endocultura é um processo de socialização constante de aquisição e assimilação da própria cultura, sendo assim, se a cultura é aprendida, conforme o processo de endoculturação (LARAIA, 2001, p. 20), neste processo de permanente de assimilação de cultura, defende-se que os profissionais de informação compreendam essa realidade do ensino-aprendizado cultural e possam de maneira consciente atuar no sentido de mediar o acesso não só aos registros, mas ao processo de assimilação e criação de informação e cultura.

A cultura é imaterial e, considera-se que a materialização da cultura, é uma tradução. Os documentos são registros que os indivíduos em sociedade fazem da realidade observada. A produção documental não só registra os elementos culturais, mas são profundamente

influenciados por ela. A cultura é um “entrelaçado de signos interpretáveis” (GEERTZ, 2008, p. 10), conforme as palavras de Clifford Geertz, um dos principais antropólogos do século XX, que se dedicou aos estudos sobre a análise da prática simbólica, para o autor a cultura é um conceito baseado em signos e símbolos. O ser humano está ligado a uma “teia de significados que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 2008, p. 4).

Na Ciência da Informação, Alfredo de Souza (1983), revela a estreita relação da informação com a cultura quando afirma que “o meio ambiente da transferência de informação é a cultura”. Para o autor, é necessário que exista códigos e mecanismos simbólicos (a cultura) para a sobrevivência dos organismos, e que a informação precede até “uma organização complexa - a sociedade” (SOUZA, 1983, p.2).

Canclini (2005) a partir das várias definições, e redefinições do conceito de cultura extraviada e com a consideração de várias disciplinas e autores chegou a seguinte definição de cultura: “o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (*Idem.*, p. 41, grifo nosso). A vida social é organizada pelas relações de significação. Assim, a busca pela informação, o acesso e o uso (ou não) da informação, para a satisfação das necessidades de informações dos indivíduos são ações que estão dentro de um processo social de significação.

Na definição de Informação de Cunha e Cavalcante (2008, p. 201), a informação é um “registro de um conhecimento para utilização posterior”, que comparado à cultura, como processo social que produz, transmite, circula e interpreta e, nota-se conceitos relacionáveis; e mais estritamente quando é dado que a informação é uma “coleção de símbolos que possuem significados” aproximando-se ao conceito de cultura como uma “teia de significados” (GEERTZ, 2008, p. 4). Ou conforme Canclini (2005, p. 43-47), que expande a compreensão de cultura como uma “instância [simbólica] em que cada grupo organiza [produz e reproduz] sua identidade” social, para além da “conformação de consenso e de hegemonia” considerando a “dramatização eufemizada dos conflitos sociais”.

A informação mostra-se como um bem cultural de valor estratégico na organização social e visto a partir do conceito de estruturas significantes, “no seu sentido mais amplo, é aquilo que muda ou transforma tal estrutura” (FREIRE; ARAUJO, 1999, p. 12). Essas estruturas significantes, segundo Barreto (1994, p. 4), “só se transformam em informação, ao alterar a estrutura cognitiva de um organismo”, Marteleto (1995) relaciona os conceitos

de Cultura e Informação quanto a sua definição e função no campo social. Para ela, a cultura é definida com um “conjunto dos artefatos construídos pelos sujeitos em sociedade [...] pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem sua vida material e simbólica” (*Idem.*, não paginado).

E a informação são os “artefatos criados pelas relações e práticas sociais [...], seja ela entendida como processo ou produto, é sempre uma probabilidade de sentido” (*Idem.*). Segundo a autora, esses dois conceitos ou fenômenos são “interligados pela sua própria natureza” (*Idem.*, p. 2). Para Marteleto (1995), “a cultura é o primeiro momento de construção conceitual da informação, como artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar em sociedade” (*Idem.*, p.2).

Almeida (2010) demonstra a relação entre a Sociologia e a Ciência da Informação e o quanto a compreensão do fenômeno social diz que as organizações de informação, como produtoras de representação, mantêm uma relação com os usuários de seus produtos padronizados, podendo este último compreender, usar e transformar esses produtos ou não.

Ao compreendermos como a informação, cultura e educação se interligam, surge a questão de como os museus atuam na sociedade, de forma relevante, abordando as questões fundamentais desta.

3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O Conceito ‘Mediação’ é um dos 21 termos listados na publicação “Conceitos-chave de Museologia”, observa-se, na definição apresentada, a presença de termos relevantes a essa pesquisa como: “ação de reconciliar”, “apropriação”, “reconhecem”, “percebe”, “compreende”, “intervém”, “alcançam”, “experiências”, “aparecimento”, “educativo”, “interpretação”, “facilita”, “subjetividade”, “promova”, “autoconhecimento” e “aventura”. (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2014, p. 52-54). Todos os termos apresentados são inerentes a prática profissional e são pilares da transformação social.

A fim de aprofundar os estudos sobre o conceito de mediação, buscou-se discutir junto aos diversos autores definições, limites e problemas acerca do uso elástico do termo e implicações no papel dos museus de facilitar, intermediar ou reconciliar os bens produzidos pela sociedade aos sujeitos que buscam a satisfação de suas necessidades de informação (conhecimento, instrução, lazer e curiosidade).

Almeida (2008) faz uma análise crítica sobre os conceitos de mediação, mediação da informação e mediação cultural. O autor apresenta a dificuldade acerca do uso do termo mediação, pois pode ser compreendido e aplicado em diferentes contextos, sofrendo um esvaziamento do seu significado.

Para Almeida (2008) o conceito de mediação abrange uma variedade de atividades, desde o atendimento ao usuário até a criação de produtos e políticas relacionados à introdução do público em diferentes áreas de conhecimento. Portanto, uma definição consensual de mediação é difícil de alcançar, pois é contextualizada e se adapta a realidades diversas. Se por um lado o termo mediação passa por uma exagerada elasticidade e possível inutilidade por excesso de redefinições para abranger diversos contextos, por outro lado, pesquisas a respeito dos limites e conceitos do termo foram se desenvolvendo.

Almeida Junior (2015) define mediação da informação como todas as ações de intervenção realizadas por profissionais da informação em ambientes de recursos informacionais, com o objetivo de satisfazer, de forma temporária e parcial, uma necessidade informacional. Essas ações podem ser diretas ou indiretas, conscientes ou inconscientes, individuais ou coletivas, e podem gerar “conflitos e novas necessidades informacionais”(ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Na definição apresentada por ele, percebe-se que há uma clareza no que se refere à ação mediadora de um profissional da informação e os limites dessa ação no contexto da apropriação da informação. A definição também evidencia o que o autor denomina de as duas dimensões da mediação da informação: a “mediação intrínseca da informação” e “mediação extrínseca da informação”. A primeira relaciona-se com a atuação do profissional de informação no exercício do seu fazer, seja na organização, gestão, controle, criação de ferramentas ou atendimento ao público. A segunda, a mediação extrínseca da informação, refere-se uma atuação mais propositiva na educação do indivíduo que busca a satisfação de suas necessidades de informação.

Para Almeida (2008), a mediação e a função dos mediadores profissionais desempenham o papel de capacitação educacional e cultural para o uso das informações, a fim de que os indivíduos possam saber “onde está a informação, como buscá-la, transformá-la em conhecimento específico para fazer aquilo que se quer fazer” (*Idem.*, p.20). Trata-se de uma função de “conectar os indivíduos, as bases de conhecimento local, às demais fontes de informação e conhecimento disseminadas na sociedade” (*Idem.*, p.21).

Os autores Martins e Marteleto (2019, p. 18) consideram o mediador da informação como um agente, intelectual orgânico que pode desempenhar as práticas dos profissionais da informação e estar comprometidos com as “transformações sociais”. Essa é uma realidade que demanda certa atenção e tratamento no que diz respeito a como é feita a disposição de conteúdo e de que forma elas contribuem com a construção de conhecimento sob pena de a mediação ser ineficiente ou não preencher as necessidades informacionais do sujeito.

De acordo com Decarolis (2020) os museus, nos dias de hoje, ocupam um lugar de destaque devido à importância de sua função social, embora nem todos reconheçam isso, assim como suas estratégias de comunicação e pesquisa, ou o diálogo aberto que mantêm com diversos públicos. Para se tornar um participante ativo nas transformações exigidas pelo presente momento, é essencial ter a capacidade de discernir a diversidade das civilizações dos povos que compõem a vasta região da América Latina, assim como os traços que as unificam.

Para as autoras Freire e Araújo (1999), a atuação profissional consciente do seu papel na sociedade, caracteriza-se como uma responsabilidade social para a área e para o mundo. Considera-se que, desde seu surgimento, na segunda metade do século XX, a Ciência da Informação aponta um papel social importante no cenário de explosão de informações, o encurtamento do tempo e do espaço e o franco desenvolvimento das tecnologias de informação e tecnologias de interação social, propondo categorias de organização e integração de sistemas.

Nesse contexto, as questões sociais, a representação e a produção de bens culturais desempenham o papel de instrumento de produção, uso e reuso de informação, pois os museus na realidade trabalham como elo, ligando a sociedade a ela mesma. Uma vez que eles, de acordo com seus métodos e características próprias do fazer, mediam o bem produzido, em um dado momento, com os indivíduos em momento futuro, poderão ou não produzir outra informação ou conhecimento.

Cury (2011, p. 18) discute que o museu contemporâneo ora exclui o saber popular, e com isso os indivíduos das classes populares; ora faz uma tentativa de resgate desse saber com o uso de “alguns artifícios do massivo”. Concorde-se com a autoria que mediar, no sentido de apenas transmitir uma narrativa oficial não é respeitar o saber do popular. Que

‘educar’ os indivíduos para que ‘receba’ da melhor maneira possível as informações veiculadas não é o suficiente para “romper com essa lógica estabelecida no passado”.

Para Cury (2011, p. 18) a mudança de postura está em “aprender a contemplar o popular sem apelar ao massivo e aprender a partir das formas de uso do museu pela sociedade da qual o popular faz parte”. E aprofundando-se mais, é importante perceber que a mediação causa transformação quando encontra um lastro de identificação no indivíduo que interage e vive a experiência museológica, pois “a educação não é mediação, a mediação é o cotidiano do público” (*Idem.*, p. 21).

Evidencia-se assim a importância aos modos de educar para a liberdade de agir e pensar para o bem de todos. Segundo Freire (1992) uma educação libertadora está sustentada em uma profusão de ideias e ações construtoras de uma consciência crítica e não apenas reprodutoras de um cômodo fatalismo determinista social, e propicia que os sujeitos se percebam como agentes de transformação.

4 MEDIAÇÃO CULTURAL

Os conceitos de mediação cultural e mediação da informação por vezes são usados, equivocadamente, como sinônimos, mas eles apresentam diferenças entre si. Apesar de ambos darem o sentido de ação conexão, o conceito mediação cultural é mais específico e tem “o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual” (COELHO, 1997, p. 247). Esta função de facilitar a compreensão há muito já está presente no processo educacional, que estimula o desenvolvimento das funções cerebrais dos indivíduos.

A mediação cultural visa capacitar ou estimular os “indivíduos ou coletividades” a apreciar as “obras de cultura e arte”, com objetivo de possibilitar a identificação das características e significados do universo observado.

Marteleto (1995, p. 4) refere-se à forma com que os “os significados, símbolos e signos culturais são transmitidos, assimilados ou rejeitados pelas ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização”, mas, ela reforça que esses agentes sociais estão inseridos em um contexto social (origem de classe ou grupo social) que determinam os “habitus”. Para a autora habitus é um conceito que se refere ao “esquema de percepção e ação” adquirido pelos indivíduos através de sua história social, permitindo-lhes agir de forma prática em situações sociais específicas (*Idem.*, p. 5).

Os sujeitos, em suas práticas sociais, realizam a prática informacional, pois a “dinâmica cultura” da assimilação e transmissão dos elementos culturais (símbolos, signos, significados) constitui “as ações e representações dos sujeitos sociais em seus espaços instituídos e concretos de realização” (*Idem.*, p.3-4).

Para Marteleto (1995, p. 4) a “produção e reprodução dos artefatos culturais se realiza pelo modo informacional, [...] nestas sociedades, toda prática social é uma prática informacional”. Segundo Almeida (2010, p. 169), “a organização molda não só o quê é feito, como também o quê os usuários desejam que as representações façam”. De acordo com Almeida “toda representação da realidade social é parcial” (*Idem.*, p.169).

Uma vez que a organização tem a capacidade de moldar a representação, ela pode também regular o acesso; a questão central da mediação cultural é o poder. O poder da decisão sobre os conteúdos a serem apresentados, a forma de organização (que oportunize o acesso aos diferentes públicos), a educação para que se compreenda o que está acessando ou até, com uma postura proativa, o poder de levar acesso ao alcance de um público que talvez não teria esse acesso.

Ao tratarem da questão da “desigualdade e invisibilidade social no contexto das unidades de informação” refletindo sobre os conceitos de público real, público potencial, não-público e ralé estrutural, Rabello e Almeida Junior (2020) concluem que as “unidades de informação e/ou contextos de mediação da informação e da cultura passam a ser oportunidades para profissionais de informação darem visibilidade ao não-público de modo que sejam, enfim, reconhecidos como público” (*Idem.*, p.21).

A mediação cultural e a mediação informação são de responsabilidades dos profissionais de instituições de cultura e de informação, pois a mediação é uma atividade inerente ao fazer profissional em museus, centros de cultura e em unidades de informação. Em Coelho (1997, p. 248) e Cunha e Cavalcanti (2008, p. 242) na definição de mediador cultural, os arquivistas, bibliotecários, museólogos e outros são considerados os profissionais responsáveis por exercer a atividade de mediação de cultura.

Canclini (2005, p. 268) apresenta um olhar interdisciplinar para refletir sobre o que ele chama de “ordem intercultural globalizada” buscando captar as contradições, conexões, tensões e diferenças presentes em um mundo cada vez mais conectado, para verificar se é possível uma “cidadania globalizada”, na qual se deveria construir uma “comunicação com

os diferentes, corrigir as desigualdades e democratizar o acesso a patrimônios interculturais”.

O acesso ao belo e aos bens culturais e informacionais é um direito, com requinte de dignidade, de todo ser humano. Segundo Kátia Neves (2003, p. 13), “a guarda tem que ter a finalidade de extroversão para que se dê a educação da memória. Em suma, estes procedimentos têm a potencialidade de transformar o patrimônio em herança cultural”. É preciso dar atenção ao que a sociedade produz quanto à cultura, para que haja representação, reconhecimento e educação, que é o caminho da transformação social.

5 TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Em uma sociedade que está sempre se informando, voluntaria ou involuntariamente, a busca por fontes mais precisas se torna mais forte. Mas, nem toda busca por informação pode provocar transformação. Relacionando o conceito de informa de Barreto (1994) e os processos neurais estudados por Damásio (2010) compreendemos que a informação adquire “poder de ação” quando se torna uma mensagem “com intenção direcionada e assimilação possível”. Por meio de fatores educacionais, a comunicação que passa dos sentidos até o cérebro, essa informação se transforma em conhecimento científico, modificando a realidade de acordo com a intenção.

Como já visto, a capacitação (educar para apropriar) dos indivíduos (para encontrar ou acessar a mensagem que buscam) necessita ser intencional e propositiva. Ao passo que as informações podem interagir e transformar os indivíduos, a responsabilidade dos profissionais da informação não está posta apenas na gestão e preservação das informações e documentos, mas essa responsabilidade é potencializada na necessidade de ações. Transformando-se assim o profissional e as Instituições de Memória em ator (es). Freire (2006, p. 65) compreende "ator" como qualquer grupo de pessoas que possua “capacidade de ação coletiva consciente em um contexto social” específico, abrangendo tanto grupos informais dentro de uma organização como grupos formalmente constituídos.

Compreendendo essa contingência, de ter uma atuação efetiva junto à sociedade, o trabalho do profissional da informação caracteriza-se por ser um agente de transformação social, na medida em que media as relações de trocas culturais. Para os autores Freire e Araújo (1999) o trabalho dos profissionais da informação consiste em facilitar a comunicação do conhecimento para aqueles que precisam, e eles podem contribuir para a construção de

um espaço social onde todos tenham acesso igual ao conhecimento, “fortalecendo as relações de solidariedade necessárias para a evolução da humanidade” (*Idem.*, p. 14).

Freire e Araújo (1999) fazem pensar em uma ação com um sentido mais elevado, a de busca do bem comum. De maneira a se empenhar pela busca da dignidade da pessoa humana, pensando no cidadão do mundo, com o propósito de romper preconceitos.

Outra relação conceitual levantada por Albuquerque *et al.* (2016), é entre o conceito de informação com o de memória. Para os autores, a informação é produzida nos processos de representação e expressões culturais e é materializada em forma de “documentos e monumentos”. Segundo o autor, a conexão entre informação e memória se manifesta quando um conjunto específico de informações relacionadas ao passado de expressões culturais é reunido e interligado, revelando um senso de compartilhamento desse passado em comum (*Idem.*, p. 139).

O compartilhamento da memória passa pelo processo contínuo de uso e produção de informação: produzir, adquirir, transformar, (re) produzir e sucessivamente, a saber o processo do conhecimento (AQUINO, 2008). Para que esse compartilhamento seja possível, a informação precisa ter uma matéria.

Frohmann (2008, p. 21) apresenta uma argumentação a respeito da materialidade da informação. Para o autor “a documentação se torna o meio de materialização da informação”. De outra forma, a informação seria de difícil compreensão, pois a informação seria demasiadamente subjetiva, como por exemplo no Mentalismo de Hjørland, citado pelo autor, que enfoca a mente como a realidade da informação. A provocação feita por Frohmann é que apenas a clara compreensão da materialidade da informação pode aproximar os estudos de informação aos usos sociais, culturais e públicos dos sistemas de informação.

A informação precisa ter uma materialidade para ser observada, estudada e aplicável. Ao defender a importância da materialidade da informação, Frohmann argumenta que a investigação do papel da documentação na criação de tipos ou de categorias de pessoas fomenta a existência de pessoas.

A documentação é necessária para que haja informações sobre categorias materializadas de pessoas. E de que maneira os documentados fomentam a criação de categorias de indivíduos? Na medida em que a documentação de informações sobre categorias de indivíduos é institucionalmente formalizada. Assim, uma categoria de

indivíduos existe a partir da materialização da informação sobre categorias sociais e culturais, pois a documentação fornece “massa e peso de identidades específicas, ou meios específicos de existirem como uma pessoa” (FROHMANN, 2008, p.27).

Deslocando esse conceito de materialização na criação de categorias de pessoas para as questões manifestações socioculturais e representação, considera-se que à medida que a materialização da informação a respeito capital cultura, como gosto musical, hábitos de leitura, hábitos alimentares, capacidade de disciplina, modo de vestir, falar e agir em sociedade, expressões artísticas entre outro, são documentados a respeito de diferentes tipos de pessoas e agrupamento de pessoas cria-se novas categorias de pessoas que passam da invisibilidade para existência. Assegura-se assim, sua representação e formação como ser vivente. Portanto, a sobrevivência de manifestações culturais depende da materialização, do reconhecimento, da documentação formal dessas manifestações ou categorias socioculturais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores das áreas da Museologia e Ciência da Informação têm buscado aprofundar-se nos estudos científicos a respeito das questões culturais, pois não basta apropriar-se das dimensões culturais na medida em que estas se encontraram firmemente afirmadas nas bases educacionais, é preciso, porém, compreender que a cada momento as relações humanas e as traduções dessas ações (em forma de arte, memória, documentos, informações) se apresentam, para a área, mais densas e interdisciplinares.

De modo que as ações realizadas nos museus e instituições de informação possam subsidiar os recursos necessários (desde um espaço, local, até o educativo) para a interação e construção coletiva, social e comunitária da memória. Segundo Chagas (2000, p. 13) “o compromisso, neste caso, não é com o ter, acumular e preservar tesouros, e sim com o ser espaço de relação, capaz de estimular novas produções e abrir-se para a convivência com as diversidades culturais”.

Guarnieri (1990, p. 10) corrobora essa compreensão, pois para a autora: “a preservação proporciona a construção de uma ‘memória’ que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, a ‘identificação’ e a identidade cultural é algo extremamente ligado à auto-definição, à soberania, ao fortalecimento de uma consciência histórica”.

Sendo fundamental perceber que mais do que dar acesso a uma informação, questiona-se neste se é possível que os indivíduos de uma sociedade sejam ativos dentro dos museus, se reconheçam, construam suas memórias e registrem sua cultura, pois abrir espaço para que essas traduções da realidade sejam expostas é uma disposição para o aprendizado, mesmo que não signifique uma transformação social de imediato.

O museólogo Wagensberg (2000, s.p.) ao demonstrar como a conversação é um fator distintivo do ser humano e ao mesmo tempo construtor da cultura como caracterização da organização dos seres humanos como sociedade diz que “o cientista e o conversador virtuosos acreditam na conversação e, para eles, o interlocutor é um luxo”. Encontrar a necessidade de fala, em certa medida não é uma tarefa difícil, mas sim quem está apto a ouvir/receber o que precisa ser dito/externalizado. O esforço de construir estruturas e espaços de trocas e conversação é uma ação “talvez seja o melhor treinamento que um ser humano possa ter para ser um ser humano” (*Idem.*, s.p.).

É também importante que os sujeitos possam ser ativos nos museus, construindo suas memórias e registrando sua cultura. A relação entre cultura, conhecimento, patrimônio cultural e museus é explorada através da mediação e das atividades educacionais. A construção do conhecimento se dá por meio da construção da consciência humana como uma produção cerebral. Identidade é poder, acesso ao belo é direito, memória é dignidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. E. B. C. et Al. Memória da cultura popular: poetas da literatura de cordel no Brasil. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [s.l.], n. 2, v. 11, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/30671>. Acesso em: 22 set. 2023.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SILVA, R. J.; SANTOS NETO, J. A. **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ALMEIDA, M. A. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], n. 1, v. 1, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119328>. Acesso em: 22 set. 2023.

ALMEIDA, M. A. Representações sociais, cultura e informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, n. 2, v. 1 n. 2, p. 168-171, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39469>. Acesso em: 22 set. 2023.

AQUINO, M. A. Metamorfoses da cultura: do impresso ao digital, criando novos formatos e papéis em ambiente de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, n. 2, v. 33, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/19142>. Acesso em: 22 set. 2023.

AQUINO, M. A. O novo status da informação e do conhecimento na cultura digital. **Informação & Sociedade: Estudos**, Paraíba, n. 1, v. 18, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93115>. Acesso em: 22 set. 2023.

ARAUJO, S. M. S. Cultura e educação: uma reflexão com base em Raymond Williams. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27., 2004, Caxambu. **Anais eletrônicos** [...]. Caxambu: ANPED, 2004. p. 1-12. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt03/t0315.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, out./dez., 1994.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CHAGAS, M. Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS, 2., 2000. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: s/e, 2000.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. Editora Iluminuras LTDA, 1997.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Briquet de Lemos, 2008.

DAMÁSIO, A. **O Livro da Consciência: A Construção do Cérebro Consciente**. Círculo de Leitores. Lisboa, Portugal: Temas e Debates, 2010.

DECAROLIS, N. B. Museus e Museologia na América Latina: experiências compartilhadas. *In*: SCHEINER, Teresa, GRANATO, Marcus (Orgs.). **Museus e museologia na América Latina: compartilhando ações para a pesquisa, a qualificação profissional e a valorização de estratégias inclusivas**. RJ: UNIRIO, 2020. [Livro Digital].

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FREIRE, I. M.; ARAUJO, V. M. R. H. A responsabilidade social da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 11, n. 1, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23111>. Acesso em: 22 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Orgs). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 13. reimpr. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

GUARNIERI, W. R. C. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos museológicos**, Lusófona, v. 3, p.7-12, 1990.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

MARTELETO, R. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, n. 1, v. 24, 1995. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/17751>. Acesso em: 22 set. 2023.

MARTINS, A. A. L.; MARTELETO, R. Cultura, ideologia e hegemonia. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, n. 1, v. 10 n. 1, p. 5-24, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/114929>. Acesso em: 22 set. 2023.

NEVES, K. R. F. Programas museológicos e museologia aplicada: o centro de memória do samba de São Paulo como estudo de caso. **Cadernos de sociomuseologia**, Lusófona, v. 21, n. 21, 2003.

PINTO, J. R. O Papel social dos museus e a mediação cultural: conceitos de Vygotsky na arte-educação não-formal. **Palíndromo**, Santa Catarina, v. 4, n. 7, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/3341>. Acesso em: 22 set. 2023.

RABELLO, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, Paraíba, v. 30, n. 4, p. 1-24, 2020.

SOUZA, A. A. C. M. Barreiras culturais à transferência de informação: formulação preliminar do problema. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, 1983. Acesso em: 13 set. 2023.

WAGENSBERG Jorge. CONVERSAR, CONVERSAR.... **El País**, 2000. Disponível em: https://elpais.com/diario/2000/10/04/futuro/970610410_850215.html. Acesso em: 22 set. 2023.